

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Neste capítulo vamos examinar o conceito de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e faremos uma breve referência ao nosso corpus de análise: a Coleção Cadernos Didáticos de EJA.

A EJA passa a ser reconhecida como modalidade da Educação Básica em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A EJA atende a todo aquele que não iniciou ou não concluiu os estudos, nos níveis de Ensino Fundamental e Médio. A alfabetização de jovens e adultos é parte integrante do conceito de EJA, mas nesse trabalho estaremos mais concentrados na continuidade de estudos de jovens e adultos que possibilita a inclusão de egressos dos cursos regulares que não conseguiram concluir seus estudos.

De acordo com Di Pierro (2010, p.122), a partir de 2006, a EJA foi incluída no fundo de financiamento da educação básica e na provisão pública de livros didáticos. No entanto, já em 2001, a Lei 10.172 instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011 e entre as suas 26 metas está “*a garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram*”. Essa meta poderia ser cumprida se houvesse universalização da alfabetização, oferta da primeira etapa do ensino fundamental para aqueles que não tivessem atingido este nível de escolaridade e oferta do segmento final do ensino fundamental para quem houvesse concluído as séries iniciais. Porém, esse objetivo ainda será um desafio prioritário a ser enfrentado pelo novo PNE 2011-2020 no campo de EJA como afirma Di Pierro (2010).

Já o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresenta contradições em relação ao PNE, porque o Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação (Decreto 6094 de 2007), assinado por estados e municípios que aderem ao PDE, limita-se ao compromisso de manutenção de programa de alfabetização, entendida, como esclarece Di Pierro (2010, p.125) “como um processo breve de aquisição de habilidades técnicas, e expressa na campanha desarticulada de políticas mais amplas de modificação das condições de produção social do analfabetismo”. Se for entendido dessa forma, será uma regressão, já que os

objetivos da política pública de EJA ficariam reduzidos à alfabetização e não haveria garantia de continuidade dos estudos.

Durante o último governo, a colaboração da União com os estados e municípios incluindo a EJA no sistema básico de ensino está mudando a posição que essa modalidade ocupava na agenda da política educacional com sua inclusão nos mecanismos de financiamento e nos programas de assistência aos estudantes (alimentação, transporte escolar e livro didático), como esclarece Di Pierro (2010). Antes, somente o Ensino Regular era beneficiado com esses itens de forma gratuita.

Segundo o IBGE, o índice de analfabetismo em 2009 permanecia em 10% (pessoas com 15 anos ou mais) e 21% da população continuava com menos de quatro anos de estudos, confirmando que a escolaridade dos jovens e adultos não tem continuidade. O Programa Brasil Alfabetizado criado pelo Governo Federal em 2003 com o objetivo de reduzir o analfabetismo e promover a continuidade de estudos para jovens e adultos passou por várias modificações. Em 2005, este programa, que era de responsabilidade de organizações sociais como ONGs, Sindicatos, Igrejas, etc. que não dispunham de meios para garantir a continuidade de estudos de egressos, passou a ser responsabilidade de Estados e Municípios. Assim, as redes públicas de ensino passaram a executar o programa com recursos financeiros do governo federal. No entanto, alguns dirigentes ainda veem esse trabalho apenas como campanha de alfabetização sem a etapa de continuidade de estudos. Consequentemente, muitos saem do Programa Brasil Alfabetizado e não desenvolvem suficientemente as habilidades de ler e escrever porque não encontram oportunidades de continuidade de estudos dentro da rede pública.

A Coleção Cadernos Didáticos de EJA foi criada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) a pedido do MEC para atender ao público de egressos do Ensino Regular. A concepção pedagógica do material está relacionada ao trabalho com a leitura em contextos da vida prática do aluno adulto, que está inserido em um contexto letrado, mas não domina a leitura e a escrita de forma adequada. Examinaremos essa Coleção no Capítulo da Metodologia.

Neste capítulo examinamos o conceito de EJA e fizemos referência à Coleção Cadernos Didáticos de EJA, que constitui-se em nosso corpus de análise. Os procedimentos e critérios para aferição dos índices de legibilidade dos textos da Coleção Cadernos Didáticos de EJA serão apresentados no próximo capítulo.